



II CONGRESSO BRASILEIRO ON-LINE DE
PESQUISA E INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E SÍNDROME DE SOTOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM UM ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO DO IEMA GONÇALVES DIAS

JULYANA CHRISTINE CUNHA SOUZA; IRIS MARIA RIBEIRO PORTO; ANA LUIZA
FERREIRA PINHEIRO SOARES; KARINI DA SILVA PINTO

RESUMO

Este estudo aborda a experiência obtida a partir da flexibilização ofertada em 2023 a um discente diagnosticado com Síndrome de Sotos (SS), estudante da 2ª série do Ensino Médio Técnico do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), IP Gonçalves Dias escola localizada na capital do Estado, São Luís. De acordo com Azevedo (2021), até 2021 existiam poucos estudos sobre práticas e vivências escolares de discentes com SS. Por essa constatação e inspirados pelas ideias de Minetto (2008) que defende a organização de um currículo inclusivo pelo reconhecimento da complexidade das relações humanas (professor-aluno), da amplitude e dos limites de seus objetivos e ações; e pelas diretrizes legais que compõem os direitos desses alunos, elaboramos o presente relato nos questionando: qual a importância da flexibilização curricular no processo de inclusão e permanência de estudantes com a Síndrome de Sotos no Ensino Médio? A pergunta foi tema de rodas de conversa, formações e oficinas que estabeleceram diálogo entre os professores regulares e a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A proposta busca explorar a potencialidade da flexibilização curricular e expor como ela foi realizada em uma escola integral de nível médio técnico. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental. Como instrumentos de coleta de dados foram aplicados questionários online pela plataforma *Google Forms* com os docentes da instituição, para observar diferentes perspectivas sobre os resultados iniciais da flexibilização na sala de aula. Espera-se com esse material, contribuir com as discussões acerca da importância do currículo na inclusão e permanência escolar.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino Médio Técnico; Currículo; Processos Avaliativos; Permanência escolar;

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a experiência vivenciada após a flexibilização curricular ofertada a um discente diagnosticado com Síndrome de Sotos (SS) que estuda na 2ª série do Ensino Médio Técnico do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), polo Gonçalves Dias, escola localizada na capital do Estado, São Luís.

A Síndrome de Sotos (SS) foi descrita inicialmente por Dr. Juan Fernandez Sotos (1927-2022), um endocrinologista pediátrico dos EUA, e seus colaboradores a partir da observação do crescimento acelerado de cinco crianças “[...] que apresentavam crescimento acelerado, aspectos acromegálicos e anomalias cerebrais não progressivas [...]”. Palato alto e queixo proeminente também foram observados em vários desses pacientes. Além disso, a idade óssea estava avançada em todos os casos”. (Fagali, 2008, p. 3). Trata-se de uma condição genética rara, causada por haploinsuficiência do gene NSD1, que pode afetar tanto homens quanto

mulheres.

De acordo com Azevedo (2021), até 2021 existiam poucos estudos sobre práticas e vivências escolares de discentes com SS. Por essa constatação e inspirados pelas ideias de Minetto (2008) que defende a organização de um currículo inclusivo pelo reconhecimento da complexidade das relações humanas (professor-aluno), da amplitude e dos limites de seus objetivos e ações; e pelas diretrizes legais que compõem os direitos desses alunos, elaboramos o presente relato nos questionando: qual a importância da flexibilização curricular no processo de inclusão e permanência de estudantes com a Síndrome de Sotos no Ensino Médio? A pergunta foi tema de rodas de conversa, formações e oficinas que estabeleceram diálogo entre os professores regulares e a professora representante do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A proposta busca explorar a potencialidade da flexibilização curricular e expor como ela foi realizada em uma escola integral de nível médio técnico.

A partir disso, é necessário analisar a inclusão escolar, que está intrinsecamente relacionada ao acesso, permanência e o processo de ensino/aprendizagem de estudantes com deficiência. Tendo como horizonte, os professores, que por sua vez, precisam ser vistos como transformadores e necessitam estar ativamente ligados a esses questionamentos, como parte do processo emancipatório das propostas educacionais. Tal investigação poderá contribuir no alcance de resultados positivos para estudos na área da educação especial e inclusiva. Considerando o exposto, o objetivo geral foi analisar o processo de inclusão de estudantes com Síndrome de Sotos no IEMA Pleno Gonçalves Dias. E como objetivos específicos: Caracterizar os processos de educação inclusiva no contexto da história da educação brasileira; identificar a concepção da Síndrome de Sotos; discutir o acesso e permanência do estudante com a Síndrome a partir da flexibilização curricular. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Foi aplicado questionário online pela plataforma *Google Forms*, como intuito de analisar a perspectiva dos docentes em relação ao estudante que faz uso da flexibilização curricular. Após as atividades de formação e a concretização da flexibilização, aplicamos um questionário a 54 docentes, dos quais apenas 27 responderam, para obter diferentes perspectivas sobre os resultados iniciais da flexibilização na sala de aula. Com o material elaborado esperamos contribuir com as discussões acerca da importância do currículo inclusivo na inclusão e permanência escolar.

2 RELATO DE CASO/EXPERIÊNCIA

Apesar de que o estudante mencionado neste relato tenha sido matriculado em 2022, nesta mesma rede de ensino (IEMA), a experiência escolhida para explanação vem sendo desenvolvida a partir de 2023, após um intenso trabalho de formação.

O discente é natural de São Luís, sede da escola investigada, e nasceu em 05 de junho de 2006. Seus pais são biólogos e casados. Sobre o processo de gestação, a mãe relata que apresentou pressão alta. Sobre as condições de nascimento, o parto foi descrito como *tranquilo*, o filho nasceu aos 9 meses, com 3.760 kg e 54 centímetros. Sobre as primeiras reações quando era bebê: não chorou logo, não ficou vermelho demais, precisou de oxigênio. Sobre alimentação, foi amamentado até 1 ano e 2 meses. A mãe explica que a introdução alimentar do estudante foi complicada, com dificuldade em aceitar experimentar novos sabores, mas que atualmente ele não apresenta rejeição. Aos 6 meses o discente firmou a cabeça, contudo, não sentou sem apoio, não engatinhou. Conseguiu ficar de pé e andar aos 3 anos. Quanto a linguagem verbal, durante esses primeiros três anos de idade, o estudante não balbuciou, não trocou as letras, mas começou a gaguejar. Sobre o laudo médico, apresenta da Rede SARAH Hospitais de Reabilitação, em que sua última consulta datada de 16 de fevereiro de 2012, o paciente apresentava Epilepsia CID: G40.09 e Síndrome de Sotos CID: Q87.3.

3 DISCUSSÃO

O acesso à educação de qualidade é um direito da pessoa com deficiência previsto pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que determina ser “dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade” (BRASIL, 2015, p. 1) assegurá-lo. Trata-se de um trabalho cooperativo, que deve alcançar todos os níveis de ensino, incluindo: currículo, métodos, técnicas, recursos, organização, terminalidade específica, professores qualificados para atendimento especializado e professores do ensino regular também capacitados para integração, educação para o trabalho (Brasil, 2015).

A inclusão não se limita a matrícula, ela está vinculada ao compromisso com a apropriação do saber oferecendo oportunidades e condições que viabilizem a permanência da diversidade discente nas classes comuns (Brasil, 2003). Portanto, “[...] essas adequações resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem”. (Brasil, 2003, p. 22).

Para compreender o projeto pedagógico do IEMA é válido ressaltar que o instituto oferece Ensino Médio integrado à educação profissional em tempo integral. Desse modo, a escola mescla exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a formação técnica, tendo como propósito a preparação para o mercado de trabalho. Para essa modalidade de ensino, a Resolução CNE/ CEB Nº 02/01 permite que “as escolas de educação profissional realizem parcerias com escolas especiais, públicas ou privadas, tanto para construir competências necessárias à inclusão de alunos em seus cursos quanto para prestar assistência técnica e convalidar cursos profissionalizantes realizados por essas escolas especiais”. (Brasil, 2001, p. 4).

A flexibilização curricular faz parte das bases filosóficas da Proposta Pedagógica do IEMA, com intuito de auxiliar a progressão da aquisição de conhecimentos do discente. O instituto possui uma Coordenação de Educação Especial e Inclusiva que propõe assegurar maneiras de inclusão, de modo que todos os estudantes tenham acesso ao ensino de qualidade, com vistas à superação de obstáculos, valorização e envolvimento na mesma proporção. Comprometida com “a formação integral dos jovens para atuarem na sociedade de maneira autônoma, solidária e competente, objetivando os Projetos de Vida dos estudantes na atuação como protagonistas e agentes de transformação social”. (IEMA, 2023, p. 55).

Assim, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, traz como foco “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista – TEA (DSM-5) e altas habilidades/superdotação, matriculados nos IEMAs Plenos, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às especificidades da deficiência, garantindo”:

As bases corroboram com os princípios da educação inclusiva, que preveem que [...] as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais específicas, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho. (Brasil, 2001, p. 4)

Com estas considerações evidenciamos que a flexibilização curricular não é algo novo em termos de direitos nacionais e institucionais, mas que a sua aplicação ainda é exige orientação e acompanhamento. O documento do MEC, intitulado “Parâmetros Curriculares Nacionais, Adaptação Curriculares – estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais específicas”, institui que as adaptações curriculares sejam entendidas como um processo a ser realizado em três níveis: no projeto político pedagógico, no currículo em sala de aula e no nível individual de cada aluno (Brasil, 1999). Sendo assim, o objetivo central dessas

adequações curriculares é estabelecer uma relação harmônica entre as necessidades dos estudantes e a programação curricular. Estando focada na integração entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas. Não um novo currículo, mais um currículo dinâmico, passível de ampliação, que proporcione aprendizado de fato, para que os estudantes com deficiência possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultado favoráveis.

Nossa intervenção sobre a importância da flexibilização curricular começou no **8º Planejamento Coletivo (PLA)** e se estendeu durante todo o segundo semestre de 2022 e o ano letivo de 2023, com a apresentação intitulada “Adequação curricular: teoria e prática”. O trabalho teve caráter informativo e formativo, expondo a responsabilidade do compromisso com a educação como elemento de transformação social, os conceitos e práticas de flexibilização a partir das diretrizes do IEMA e dos direitos do estudante.

Para isso, as apresentações foram baseadas em autores como Abramovay (2004) em seu estudo sobre experiências inovadoras e bem sucedidas em escolas públicas, Cool (1996) que aborda psicologia e currículo e Minetto (2008) ao refletir sobre o desafio do currículo na educação inclusiva. A partir desses autores, listamos quatro perguntas que poderiam ajudar os professores a fazerem adaptações no currículo: **1) O conteúdo atende as necessidades de aprendizagem do estudante? 2) O assunto da disciplina é sensível a diversos estilos, valores e práticas de aprendizagem? 3) Existem maneiras melhores de apresentar o conteúdo para o estudante? 4) Posso usar apenas parte do material e ainda assim produzir os resultados desejados?** As perguntas serviriam de parâmetro para realizar adequações que subsidiem

[...] a prática docente propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno. (Brasil, 2003, p. 19).

Em seguida, iniciamos as atividades de oficina organizando os professores em grupos formados por áreas do conhecimento. Cada grupo recebeu um caso fictício de um estudante com deficiência, a partir do caso, deveriam escolher 1 tema de aula, de 1 disciplina da sua área e pensar em uma aula expositiva com adequações. *Ex.: Aula de campo, aula com jogos (qual o jogo?).* A partir da aula deveriam elaborar uma questão avaliativa. A expectativa de aprendizagem dessa atividade era que, ao final dessas oficinas, cada participante pudesse entender e aplicar os conceitos de Educação Inclusiva a partir das necessidades educacionais específicas no currículo escolar da sua área do conhecimento.

Após as formações e oficinas, a professora responsável pelo AEE se reúne de forma individual com os professores da BNCC e Base Técnica para construírem em conjunto as questões das avaliações AV1 e AV3, somando o domínio da disciplina às metodologias do AEE, um trabalho coletivo, colaborativo e essencial para a elaboração de um currículo inclusivo.

Como mecanismo de avaliação dessas atividades e investigação dos resultados na dinâmica das salas de aula, em 2023 foi elaborado um questionário na plataforma *Google Forms* com objetivo de diagnosticar a perspectiva individual docente sobre as próprias práticas, sobre a qualidade da formação e sobre as melhorias, se percebidas, da aprendizagem do discente com Síndrome de Sotos descrito no caso após a flexibilização do currículo. No total, 27 professores responderam ao questionário, sendo: **10** da Base Técnica; **8** de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (*Sociologia, Filosofia, Geografia e História*); **5** de Ciências da Natureza e Matemática (*Matemática, Física, Química e Biologia*) e **4** de Linguagens e suas Tecnologias (*Língua Portuguesa e Literatura; Língua estrangeira: Inglês, Arte e Educação Física*). Destes, **19** ministram aulas em turmas que possuem estudantes com deficiência, contudo, a formação foi aberta a todos os docentes, compreendendo que embora não atendam diretamente a esses

estudantes em específico, as relações sociais na escola são amplas e não se limitam as salas de aula. Nesse sentido, perguntamos: **a) O assunto da sua disciplina é sensível a diversos estilos, valores e práticas de aprendizagem?** 16 docentes responderam *sempre*, 8 *quase sempre*, 2 *raramente* e 1 *nunca*; **b) As formações, rodas de conversas, palestras e oficinas ministradas pelo Atendimento Educacional Especializado sobre Flexibilização Curricular foram satisfatórias para a sua prática docente em sala de aula?** 15 professores classificaram a formação como *satisfatória*, 10 como *muito satisfatória* e 2 como *insatisfatória*.

Perguntados sobre a sua capacidade de realizar, em parceria com a professora do AEE, modificações organizadas que correspondam às necessidades do estudante, 18 professores responderam que *sempre* conseguem reorganizar ou repensar as atividades, 8 responderam que *quase sempre* conseguem e 1 respondeu que *raramente* consegue. A partir dessas respostas, finalizamos o questionário com a pergunta: *você acredita que o estudante da turma 205, que faz uso da Adequação Curricular, teve melhora no seu rendimento escolar após as flexibilizações?* 26 professores responderam *sim* e 1 respondeu *não*.

As atividades de formação possibilitaram observar uma série de dúvidas docentes sobre como melhorar a qualidade da aula para atender a diversidade discente, suas limitações e potencialidades. Desse modo, verifica-se a importância da atuação do AEE no enfrentamento dessas barreiras e na criação de estratégias que colaborem com o trabalho docente e a aprendizagem dos estudantes com diferentes deficiências, como a Síndrome de Sotos (SS).

4 CONCLUSÃO

Instigar uma análise crítica coletiva sobre condições de ensino e possibilidades de melhoria, tendo em vista a diversidade escolar e o que as particularidades de cada deficiência podem nos informar sobre orientações pedagógicas adequadas, é um exercício que deve ser realizado continuamente. Durante a formação algumas dúvidas sobre a flexibilização, incluindo equívocos sobre o seu conceito, como a associação a um currículo mais simples se comparado ao de outros alunos, puderam ser desmistificadas, contribuindo para uma maior aceitação de possibilidades de ajustes a serem feitos no currículo em curso. Como resultado, quase 100% dos docentes que responderam à pesquisa declararam que, após aprenderem e aplicarem as adequações sugeridas, o discente com Síndrome de Sotos obteve melhora no seu rendimento escolar. Sendo assim, entendemos a importância da interlocução entre professores do Ensino Regular e professora do Atendimento Educacional Especializado, incluindo atividades guiadas pelas alternativas disponíveis por meio de um diálogo aberto que contribua para refletir a relação entre a dinâmica das aulas e o desempenho dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas**. Brasília: UNESCO, Ministério da educação 2004.

AZEVEDO, Vânia de Mattos. **Estratégias de intervenções pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais em alunos com síndrome de Sotos**. 2021. 115 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: [app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/29383/Dissertação de Mestrado.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/29383/Dissertação%20de%20Mestrado.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01. **Institui Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC, 2001b.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão:** estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

COLL, César. **Psicologia e Currículo.** São Paulo: Ática, 1996.

FAGALI, Claudia Quadros. **Síndrome de Sotos:** pesquisa de microdeleções e mutações intragênicas no gene NSD1. 2008. Dissertação (Mestrado em Biologia (Genética)) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41131/tde-08072008-154413/publico/claudia_quadros_parcial.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva:** entendendo esse desafio. 2. ed. rev. atual. ampl. Curitiba: Ibpx, 2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. *[S. l.]:* IEMA; SEDUC, 2023. Disponível em: <https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/PDI-2023-2027-VERSAO-FINAL...pdf>. Acesso em 10 mar. 2023.